

# CASAMENTO, AMIZADES E LÓGICAS CLIENTELARES NO CONTEXTO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO: AS CARTAS DE D. JOANA DE VASCONCELLOS E MENEZES A D. DIOGO DE LIMA<sup>1</sup>

MARIA INÊS NEMÉSIO

UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM

ines\_nemesio@hotmail.com

**RESUMO:** O presente artigo pretende sublinhar a importância que o comportamento revelado pela escrita íntima e pessoal de uma mulher, neste caso D. Joana de Vasconcelos e Menezes, recentemente casada pela segunda vez com D. Diogo de Lima, assume na tentativa de reestabelecer a honra familiar, concorrendo igualmente para a manutenção das lógicas de sociabilidade mantidas entre a sua família e a Casa Real, num período da história política e militar portuguesa especialmente conturbado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Honra familiar, relações clientelares, sociabilidades.

**ABSTRACT:** This article aims to highlight the importance that the behavior revealed by the intimate and personal writing of a woman, in this case D. Joana de Vasconcelos e Menezes, recently married for the second time with D. Diogo de Lima, takes in an attempt to restore the family honor also contributing to the maintenance of sociability logical held between his family and the Royal House, in a period of political history and especially troubled Portuguese military.

**KEY-WORDS:** Family Honor, clientelist relationships, sociability.

Num estudo dedicado ao «significado político do amor e da amizade no mundo ibérico dos séculos XVI e XVII»<sup>2</sup>, Pedro Cardim explica como durante a época moderna o amor e a amizade, afetos que hoje em dia todos nós associamos quase que exclusivamente à esfera privada e num sentido muito diferente do que então lhes era atribuído, foram também férteis no domínio político. São disso exemplo os fortes laços sociais estabelecidos não raras vezes por via do casamento e as complicadas, mas eficazes, relações clientelares, verdadeiras «redes de

---

1 O texto que aqui se apresenta resulta de uma comunicação proferida aquando da Biennial Conference – September 8-10, 2014, dedicado ao tema Traçando aaminhos: viagens, encruzilhadas e direções, organizado pelo GEMELA (Grupo de Estudios sobre la Mujer en España y las Américas – pre-1800) e que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2 CARDIM, Pedro, *Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*. «Lusitânia Sacra», 2.ª série, 11 (1999), p. 21-57.

solidariedade (...) inspiradas nos deveres inerentes ao amor, à amizade virtuosa, à entreadada e às considerações de honra»<sup>3</sup>, que durante os anos de Quinhentos e Seiscentos floresceram em Portugal, sobretudo no meio nobiliárquico. Neste sentido, não excluindo outros temas de estudo que certamente o epistolário de D. Joana de Vasconcellos e Menezes permite abordar, gostaríamos por hora de sublinhar a importância que o comportamento revelado pela escrita íntima e pessoal de uma mulher recentemente casada pela segunda vez assume na tentativa de reestabelecer a honra familiar, concorrendo igualmente para a manutenção das lógicas de sociabilidade mantidas entre a sua família e a Casa Real, num período da história política e militar portuguesa especialmente conturbado.

Tendo como pano de fundo o contexto da guerra da Restauração (decorrida entre 1640 e 1668), o conjunto de cartas redigido e endereçado por D. Joana de Vasconcellos e Menezes a D. Diogo de Lima, seu segundo marido e futuro Visconde de Vila Nova da Cerveira (compreendendo os anos entre 1642 e 1644), adquire especial interesse pois que se inscreve não apenas num contexto fortemente marcado pelos condicionalismos políticos e sociais inerentes a qualquer período de conflito bélico, mas ainda numa delicada situação pessoal e familiar para a qual este segundo casamento e as próprias cartas parecem ter sido a solução. É que D. Joana, a emissora desta correspondência, fora casada em primeiras núpcias com Rui de Matos de Noronha, primeiro e único conde de Armamar<sup>4</sup>, nascido em 1617 e executado no Rossio (Lisboa) a 28.08.1641 por ter participado na conjura que o tio, o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha – um dos principais impulsionadores e organizadores da conspiração de 1641 contra a dinastia brigantina representada por D. João IV –, chefiava a favor do Rei de Espanha. À luz da correspondência «privada» que agora se analisa, cruzando este dado com a ascendência da emissora e do recetor da mesma, numa época de grandes perturbações entre a nobreza portuguesa, ditadas por oscilações entre fidelidades e traições decorrentes da situação política do reino, encontramos nestas cartas uma família, a dos Vasconcellos e Menezes, em luta pela ascensão nos vários domínios que a promoção nobiliárquica comportava: o domínio económico, o domínio social e em particular o domínio da honra e do poder familiar.

Ora, como bem se sabe, a complexidade do universo normativo do Antigo Regime comportava, necessariamente, uma forte estrutura fundada no campo

3 CARDIM, Pedro, *Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII*. «Lusitânia Sacra», 2.ª série, 11 (1999), p. 40.

4 D. Filipe III (IV) quando ainda era Rei de Portugal, em Julho de 1640, concedeu-lhe o título de conde de Armamar. O título foi extinto após a execução (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir., coord. e compil.) — *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1989, Vol. II, p. 317).

dos poderes informais, passando da pluralidade de relações sociais à sua expressão sob formas de casamento, amizade, serviço e clientela. Baseava-se, portanto, em níveis menos evidentes das «razões da política» que assentavam numa «economia moral» de gestão nem sempre fácil e, acima de tudo, muito marcada por circunstâncias específicas. Agradar e ser correspondido na mesma medida era tarefa deveras complicada, em que os critérios de parentesco, fidelidade, honra e prestígio estavam em jogo, determinando a manutenção dos estatutos sociais e políticos estabelecidos ou a estabelecer e, sobretudo, a continuação das Casas. Neste equilíbrio de poderes que caracterizou o período à volta de 1640, podemos talvez concluir que o casamento apressado e por procuração de D. Joana de Vasconcellos e Menezes e D. Diogo de Lima se tratou de uma conveniência pautada pela política de casamentos que à época determinava, como já se fez notar, o engrandecimento ou o enfraquecimento das Casas, a manutenção ou não das linhagens, dos patrimónios e dos privilégios ou de outras conveniências frequentemente fundadas em redes clientelares. Assim sendo, e não esquecendo também que o casamento, especialmente nas famílias nobres, era uma instituição fundamental para a reprodução social, o mais natural é que D. Joana, juntamente com a família, tenha decidido casar uma segunda vez no intuito de manter e «transmitir os bens materiais (o património) e os bens espirituais (a honra), bens esses que tinham uma importante função social<sup>5</sup>». Aliás, sua mãe, D. Maria Cabral de Noronha, em carta datada de 2 de Junho de 1642 e dirigida a D. Diogo de Lima reconhece a conveniência deste casamento. Da carta se depreende também que o casamento foi arranjado pela família – concretamente pelo pai de D. Diogo, D. Lourenço de Brito e Lima e Nogueira, então Visconde de Vila Nova da Cerveira – e que estava em jogo, para toda a família e não apenas para D. Joana, a honra do título. Pela mesma carta da mãe compreendemos que foi ela quem convenceu D. Joana a aceitar este casamento. Vejamos então:

*Meu filho e Senhor [,] quem poderá hoje comigo com tão honrado titulo como vossa merce me dá que protesto saber merecer ao Senhor visconde que mo procurou quando eu mais descuidada estava da boa sorte que minha filha tinha deus guardada a qual eu devo granjear-lhe pelo muito que lhe quero e obrigá-la quando ela desconhecera sua boa fortuna a que com muito cuidado se aproveitasse dela empregando-se no serviço de vossa merce e nele se achará sempre devedora [,] Eu senhor bem como mais empenhada deste gosto que deus*

---

5 OLIVEIRA, Ana Lúcia Pinheiro de, *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcellos e Menezes para seu marido D. Diogo de Lima 1642/1644*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, p. 12. Dissertação de Mestrado em História da Cultura Portuguesa – Época Moderna.

*nos deixe lograr muito cedo como desejamos e que nos não tarde vossa merce que se não permite ausência neste tempo, mal o passara se o Senhor visconde me não segurara fazendo-me ontem merce de meu ver que esperava por vossa merce em breves dias se neles enquanto este bem me não chega pudera ir a cópia que vossa merce quer ver o estimara, mas chegara a tempo que vossa merce veja o original e por que este desejo traga a vossa merce mais cedo lhe não quer dar esperanças senão de que este lugar tenham todas Senhor bom fim como são os princípios de gosto venturosos para esta casa de que vossa merce disponha como sendo sua e a mim mandar-me em que sirva a vossa merce a quem deus me guarde os anos de meu desejo // Lisboa 2 de Junho de [1]642 // Mãe e cativa de vossa merce // Dona Maria*

Para melhor situar estas duas famílias, convém agora dar a conhecer a identidade dos dois protagonistas da relação epistolar em causa. D. Joana de Vasconcellos e Menezes era filha de João Luís de Vasconcellos e Menezes e de sua mulher D. Maria Cabral de Noronha e única descendente direta da casa dos Condes de Penela, embora por via ilegítima, já que o seu bisavô era filho natural do 3.º Conde de Penela. Fora contudo legitimado por D. Sebastião. Casou em primeiras núpcias com Rui Matos de Noronha, Conde de Armamar, sendo viúva de muito pouco tempo (onze meses apenas) quando voltou a casar com D. Diogo de Lima, 6.º filho do Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Lourenço de Brito e Lima e Nogueira, e de sua mulher D. Luíza de Távora, descendente dos Condes de Idanha-a-Nova. Doutorou-se em Teologia e deveria seguir a vida eclesiástica, mas abandonou-a para suceder na casa de seu pai, pela morte, em 1637, do irmão, D. Luís de Lima, 1.º Conde dos Arcos, e na ausência dos outros dois, um casado na Galiza e tendo aderido ao partido castelhano, e o outro, na Flandres. D. Luís de Lima tinha um único filho varão, o 2.º Conde dos Arcos, casado mas sem descendência. O 3.º Conde veio a ser cunhado do 2.º – o conspirador de 1640, D. Tomás de Noronha – casado em segundas núpcias (1647) com D. Madalena de Brito e Bourbon, irmã do 2.º Conde. D. Diogo era, portanto, quem estava em melhores condições de vir a herdar a casa de seu pai. Da breve genealogia aqui traçada, facilmente se depreende que este casamento uniu duas famílias pertencentes à nobreza hereditária, embora a de D. Joana sem título, duas famílias preocupadas em assegurar a manutenção das respetivas linhagens, sendo que para os Vasconcellos e Menezes esta ligação pelo matrimónio seria o primeiro passo a dar na recuperação do reequilíbrio familiar posto em causa por Rui de Matos de Noronha, primeiro marido de D. Joana.

Quando casou com D. Joana de Vasconcellos e Menezes, em Junho de 1642, D. Diogo, tal como grande parte da nobreza portuguesa que apoiava D. João

IV, encontrava-se em campanha no Alentejo. Estas cartas correspondem a esses períodos de ausência (1642-1644). Assim sendo, serviram dois propósitos em simultâneo: se por um lado constituíram a única forma de comunicação entre o jovem casal nos primeiros anos de casados, respondendo a uma necessidade afetiva individual, por outro favoreceram o estreitar de laços sociais, familiares e até mesmo de alianças políticas e económicas. No fundo, a leitura destes textos evidencia o enorme esforço e investimento feito na construção de uma imagem que repusesse a honra dos Vasconcellos e Menezes, refletindo acima de tudo a posição de uma mulher que pertence à alta nobreza titulada, numa situação social específica perante o marido (casamento recente, ausência), à família de ambos e ao seu circuito de relações, de uma mulher que assume plenamente a sua posição na sociedade. De facto, como bem afirmou Ana Lúcia Pinheiro de Oliveira «estas cartas testemunham, por muitas referências mas também por muitos silêncios, vários aspetos da vida social e familiar de então, herdados de um passado que lhes define muitos contornos de ordem mental e cultural, nomeadamente no que respeita às relações de poder na sociedade e na família», sendo por isso uma fonte de estudo a não menosprezar no âmbito da história cultural.

NEMÉSIO, Maria Inês  
Casamento, amizades e lógicas clientelares no contexto da Guerra da Restauração: as cartas de D. Joana de Vasconcelos e Menezes a  
D. Diogo de Lima  
*VS 21 (2014), p.75 - 79*